



PERCURSOS FEMININOS NO ESPAÇO URBANO: Da teoria à prática das trajetórias cotidianas da mulher em Macapá - AP

Autores:

Chrys de Araújo Oliveira - UNIFAP - arq.chrys@hotmail.com

Resumo:

O seguinte trabalho busca criar uma trajetória teórica que elucidada o cotidiano urbano vivido por diversas mulheres na atualidade, partindo do entendimento onde a cidade se comporta como um ambiente de constrangimento e opressão para as mulheres, tanto pelas violências propriamente urbanas quanto pelo espaço simbolicamente construído a partir de uma visão patriarcal histórica. Esses fatores buscam ser ilustrados através de exemplos referentes à cidade de Macapá, no Amapá, através de análise de dados e questionários, fatos bibliográficos e estudo de caso em um conjunto habitacional popular. Por meio de pesquisa hipotético-dedutiva, busca-se entender a relação entre a teoria e a real vivência feminina no espaço urbano, além de suas trajetórias de luta contra as violências e os discursos hegemônicos que atingem a questão de gênero.

PERCURSOS FEMININOS NO ESPAÇO URBANO

Da teoria à prática das trajetórias cotidianas da mulher em Macapá – AP

INTRODUÇÃO

A trajetória urbana vivida pela sociedade tem seus significados de forma individual e coletiva. Quando se tem este fato em mente, é notório visualizar e entender a forma como determinados grupos experimentam do espaço urbano, contabilizando neste percurso as implicações que acarretam em diferentes modos de ver e usar a cidade.

A urbanidade aqui retratada adentra um universo onde ocorre uma cotidiana hegemonia em relação a uma parcela da sociedade, a qual é foco deste estudo. A mulher aparece nessa interseccionalidade de estudo com o urbano ao se saber que há décadas vêm lutando por direitos que, por vezes, podem ser inegavelmente básicos. Tanto em âmbito social quanto econômico e político. Além de o direito à cidade, e ao usufruto dela ser, sobretudo, um direito humano ao território, antes mesmo de se chegar aos gêneros (SOUTO, 2017).

Como aponta Anna Luiza Salles Souto (2017), em relação às mulheres "o espaço público é um locus de constrangimento, não de liberdade". Logo, é de fundamental importância se debater o refazer da cidade, para que essa situação seja capaz de diminuir e o espaço urbano se tornar menos opressor às mulheres, considerando suas demandas específicas e diferenciadas em relação aos homens.

Há uma relação de forças que influenciam na vivência feminina na cidade. O assédio, o medo da violência, a inexistência de infraestruturas específicas para a mulher e condições urbanas que visem essa demanda são os principais focos de questionamento desde trabalho. Assim como o movimento político dos próprios corpos e seu direito de aparecer e usufruir do espaço, como retrata Judith Butler (2018) ao colocar como gêneros podem ser apagados do espaço urbano e das ruas.

Esse ofuscamento da mulher na cidade é visto aqui através de uma metodologia hipotético-dedutiva e teórica, além da técnica de coleta de dados por meio de questionário e um breve estudo de caso que ilustra as colocações abordadas neste contexto do urbano,

que aparece como o espaço influenciador e, por vezes, propiciador de situações de opressão de gênero.

Estes exemplos visam retratar a realidade de Macapá, no Estado do Amapá, visto a pouca teoria e estudo existente em relação à mulher e o urbano nesta cidade. Assim como o próprio estudo feminista da Região Norte do país.

Aqui se assume uma trajetória de construções sociais que influenciam na vivência da mulher para além do ser, chegando aos âmbitos do *viver*. Criando situações específicas de hostilidade a partir do gênero, o que torna pertinente a continuação deste debate a fins de, sobretudo, entender a necessidade das lutas feministas e das contra narrativas ao discurso patriarcal que perdura até a contemporaneidade e atinge o cotidiano urbano.

TRAJETÓRIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER À LUTA POR ESPAÇOS NO URBANO

Cotidianamente noticiários apresentam matérias sobre assédio, estupro, feminicídio, entre outros perigos e abusos que atingem mulheres em função de seu gênero. Sendo assim, para colocar em diálogo a violência contra a mulher, é necessário pontuar que, por vezes, estas situações ocorrem dentro do próprio lar antes mesmo de ocorrerem no espaço urbano.

Como coloca Virginia Moreira, Georges Daniel Janja Bloc Boris e Nadja Venâncio (2011) no artigo *O Estigma da Violência Sofrida por Mulheres na Relação com seus Parceiros Íntimos*, o ambiente do lar pode ser um local da opressão cotidiana da mulher, acarretando em situações quase sem escapatória que vão desde danos morais, simbólicos e materiais à violência doméstica com lesão corporal, abuso sexual e até mesmo a morte (MOREIRA, BORIS, VENANCIO, 2011).

Em justaponto, tem-se também o próprio estigma da violência e da vivência patriarcal diária que abre espaço para essas condutas de agressividade que, apesar de nada impedir uma mulher de cometer atos violentos, a maioria esmagadora das ocorrências é protagonizada por homens que cometem estes crimes, como aponta Heleieth I.B. Saffioti (2001).

Há demasiada dificuldade de mapear as violências sofridas pelas mulheres no ambiente íntimo, entretanto ao analisar as ocorrências de denúncias registradas pelo Ligue 180¹, documentado pelos indicadores estaduais e nacionais do *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil* (SENADO FEDERAL, 2018), apenas em 2015 foram realizados 749.024 atendimentos, o que se mostra um número alarmante, visto que 50,16% destes casos ocorreram violência física.

¹ Serviço prestado para atendimento e registro de denúncias de violência contra a mulher, assim como para orientação de seus direitos.

Por meio destes dados, não é possível localizar onde as violências ocorreram, mas dentre as diversas possibilidades, tem-se também o espaço urbano, assim como o próprio lar, como possível cenário destas situações. Então se estuda aqui a possibilidade da cidade ser propiciadora ou facilitadora para que esses casos continuem ocorrendo.

O foco da discussão levantada tem base em questionamentos em relação ao traçado da cidade e seu desenho. Será que o tecido urbano possibilita o impedimento da violência contra a mulher, caso ocorra nas ruas? O desenho da cidade pode ser um instrumento que ofereça um local e uma vivência mais segura para as mulheres? Essas vivências dos gêneros são iguais na cidade? O espaço urbano é, ou não, cenário das tragédias cotidianas femininas?

Para responder estas questões é necessário traçar um percurso para entender como as limitações e vivências de gênero são construídas e como a sociedade patriarcal se moldou até os dias atuais, assim como as lutas e as conquistas das mulheres para garantir seu espaço.

Também, na perspectiva que confere a forma como as mulheres ocupam a cidade, é fundamental ressaltar que as vivências são diferentes mesmo que se trate apenas do gênero feminino, principalmente quando ocorrem as intersecções como as de classe e raça, assim como a localização territorial da mulher e sua influência, seja por estar nos centros urbanos ou nas periferias.

Deixa-se explícito que existem diversas formas de se ter direito à cidade², aqui colocado como a possibilidade do usufruto do espaço urbano e das experimentações sociais dentro da cidade, e que estas podem ser completamente diferentes e heterogêneas.

Dentro de todas as lutas³ para garantia de direito das mulheres, Nancy Fraser (2009) pontua como a segunda onda do feminismo conseguiu direitos importantes para as mulheres americanas da década de 1960 e adiante, como ao garantir a possibilidade de a mulher trabalhar fora de casa.

Esta questão é mostrada pela autora pontuando como lutar pelos direitos de inserção da mulher no mercado foi uma trajetória árdua, com erros e acertos e com possibilidades de corrompimento do movimento por meio de outros atores que também buscavam garantir seus direitos, mesmo que para tanto a mulher fosse ofuscada deste cenário.

Deve-se lembrar, porém, que Fraser (2009) em seu discurso retrata a mulher branca e classe média da sociedade americana, não abrangendo a vivência da mulher negra ou das que vivem nas periferias, colocando pouco de outros segmentos do movimento e

² Questão levantada por Henri Lefebvre (2001), o direito à cidade diz respeito à vivência humana na cidade que vai além de uma sociedade voltada para o consumo de produtos e bens, mas que precisa experimentar de atividades além do material, que tangem o lúdico, a festa, o esporte, a arte, a sexualidade, os simbolismos e outras necessidades sociais.

³ Anteriormente à segunda onda, ocorreu a primeira onda do feminismo que buscava garantir o direito das mulheres e, principalmente, o direito ao voto (MENDES, VAZ, CARVALHO, 2015).

interseccionalidades que são necessárias no percurso de busca pelos diferentes direitos e de diferentes mulheres.

Aproximando da realidade brasileira, Djamila Ribeiro (2017) discute, em *O que é lugar de fala*, a posição da mulher negra no cotidiano e em diversos espaços hegemônicos, trazendo consigo as questões da mulher periférica também.

Primeiramente, a autora coloca em um âmbito geral a forma como a construção social continua criando configurações para gerar mulheres submissas, para em seguida adentrar na intersecção da mulher negra e periférica. A autora pontua como esta é vista como um objeto que tem suas humanidades negadas (RIBEIRO, 2017).

Tais humanidades primeiramente dizem respeito ao contexto patriarcal e masculino, onde as precisões de um homem e de uma mulher se mostram diferentes, para mais a frente retratar como os questionamentos femininos por vezes são deixados de lado ou são pouco entendidos.

Tendo em vista a jornada de trabalho diferenciada de uma mulher, tanto em relação ao trabalho assalariado quanto como cuidadora do lar, como pontuado por Fraser (2009), há uma maior necessidade de locomoção feminina na cidade, considerando os papéis socialmente construídos que implicam na precisão de uma política de mobilidade urbana mais eficaz durante o percurso de seus afazeres e um olhar mais carinhoso em relação às mulheres.

E esta necessidade de usar a cidade ocorre de forma mais dificultada pela mulher negra e periférica, distanciada dos centros urbanos e com as suas necessidades silenciadas (RIBEIRO, 2017), como mais a frente será exemplificado.

As pontuações que envolvem a questão urbana para as mulheres conferem à infraestrutura, a mobilidade e à própria configuração espacial para o caminhar seguro. Uma cidade, assim como tem capacidade de se desenvolver economicamente, tem potencial também para se reconfigurar, seja física ou territorialmente, seja em suas políticas públicas.

Em relação a essas políticas, as novas demandas sociais, principalmente as que dizem respeito às mulheres, devem ser fortemente estudadas. Um exemplo é como as famílias estão se reconfigurando em novos moldes e formatos.

Um relevante dado levantado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que a liderança da mulher no lar subiu de 23% para 40% entre os anos de 1995 e 2015⁴, ou seja, a necessidade de chefiar tudo o que rege o lar e o que tange a manutenção domiciliar faz com que as mulheres se locomovam mais no espaço urbano.

A necessidade de ir ao supermercado, buscar filhos na escola, sair para pagar contas, assim como sanar as demais necessidades pessoais de uma mulher se agrega ao trabalhar

⁴ http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html Acesso em 02 de Setembro de 2018.

fora de casa também. As diversas jornadas de trabalho femininas requerem apoio de maiores políticas voltadas para *elas*.

Não obstante, também, quando finalmente as mulheres pareciam ter conseguido algum avanço ao adentrar nos trabalhos assalariados, o androcentrismo⁵ por trás deste continuou a colocar a mulher em uma menor posição na hierarquia social, como coloca Fraser (2009).

Para a autora, o papel da mulher é diminuído mesmo que ela esteja em um campo de disputa onde têm as mesmas capacidades que os homens, assim como suas necessidades urbanas se tornam opacas em relação às maiores jornadas de trabalho e sua locomoção.

“Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem.” (RIBEIRO, 2017, pg. 35).

Contextualizando nas questões urbanas, pode-se afirmar que a mulher é desconsiderada no desenho do tecido da cidade, visto que, por muitas vezes, esse traçado é planejado em cima da perspectiva do ser humano que se sente mais livre para se locomover.

Aqui se fala dos privilégios do homem; principalmente o branco, hétero e de classe social mais elevada. Estes fatores tornam diferente a perspectiva de viver a cidade em relação ao olhar da mulher, cuja liberdade é cotidianamente retirada. Principalmente se houver a intersecção da mulher negra, lésbica, pobre ou periférica (RIBEIRO, 2017).

O privilégio de se locomover na cidade em qualquer horário não é para todos, visto o papel histórico da mulher é de ser submissa e reservada ao lar, devendo cuidar da casa e dos filhos e jamais pode trabalhar fora ou ganhar salários melhores que o do marido (FRASER, 2009).

Como é trazido por Jane Jacobs (1961), o urbanismo do século XX configurou, juntamente com os ideais modernos, cidades cujo desenho e dinâmicas de vivências se centralizam na socialização humana voltada para o homem.

Provedor dos recursos econômicos da casa, o homem historicamente sempre foi permitido a trabalhar fora e se inserir nos espaços da cidade. Enquanto isso, a mulher, cuidadora do lar, foi distanciada dos centros urbanos - majoritariamente masculinos - por estar em atividades domésticas, fato que as isolou em um ambiente onde seus direitos à cidade são diminuídos.

“As famílias moravam em bairros residenciais afastados de centros de lazer, cultura e trabalho. Cabia aos homens fazer diariamente o trajeto do

⁵ Este termo é colocado por Nancy Fraser (2009) ao explicar o sexismo dentro do meio político e trabalhista.

subúrbio até o centro da cidade, enquanto cabia às mulheres o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos.” (Situando Jane Jacobs, apud Nexo⁶, 2018).

Sendo assim, pode-se notar como existe a segregação urbana baseada no gênero. Essas barreiras não são necessariamente físicas, mas por serem ideológicas e sociais, acarretam uma dificuldade de a mulher se sentir pertencente ao espaço.

O passo que vem sendo dado desde o início das lutas feministas é de conseguir desestruturar as imposições construídas pela sociedade patriarcal e o próximo seria cruzar esse entendimento com o aspecto do urbano, a fim de tornar a cidade um lugar menos hostil para as mulheres.

Políticas voltadas para as mulheres e planejamento participativo com elas trariam um olhar mais aproximado das necessidades femininas nesses espaços. Conhecer os medos do caminhar feminino na cidade é essencial para saná-los.

A proposição aqui colocada é que, se as disputas de gênero ultrapassarem o poder hegemônico masculino, as mulheres poderão corroborar para criar cidades menos excludentes e que não diminuam sua locomoção no espaço urbano, a fim de criar mais experiências urbanas positivas para elas.

URBANISMO DISTANCIADOR DE VIVÊNCIAS

Partindo da perspectiva aqui discutida sobre os medos e violências sofridas pelas mulheres, adentra-se então mais a fundo na discussão sobre como as cidades se consolidam em desenhos que não mais condizem com os usuários do espaço.

A diversidade deve ser garantida pela cidade. Porém, esta diversidade por muitas vezes abrange apenas as centralidades dos territórios e seus núcleos urbanos, ambos mediados pelo seu desenho e traçado, deixando a desejar quando se trata de locais mais distantes e de menor fluxo. Assim, Jane Jacobs (1961) coloca em evidência como esse traçado da cidade impede diversos usos e melhorias que com pouco poderiam evitar certas violências urbanas que atingem a todos.

Segundo a autora, as "quadras desassistidas pela população" podem ser vistas como uma consequência da monotonia causada pelas quadras grandes, que por vezes não têm atalhos ou outras formas de vencer distâncias.

⁶ As Cidades Masculinas Erguidas Pelo Urbanismo do Século 20. https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/06/29/As-cidades-masculinas-erguidas-pelo-urbanismo-do-s%C3%A9culo-20?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1530317466 Acesso em 5 de julho de 2018.

Esta situação gera falta de segurança indireta, que seria a segurança criada pela movimentação de pessoas neste percurso. Esse fato é conceituado por Jacobs em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, publicado pela primeira vez em 1961.

A ideia dos “olhos das ruas”, levantada pela autora é, ainda hoje, uma das mais trabalhadas quando a questão é a segurança urbana. Para Jacobs, as pessoas se sentem mais seguras em meio aos diferentes e os olhos das ruas são a ação consciente ou inconsciente de pessoas que, utilizando os espaços públicos ou contemplando-os de suas casas, acabam por vigiá-los.

Sendo assim, as cidades se tornariam mais seguras na medida em que os espaços comuns estivessem ao alcance do olhar de todos, de forma que um cuidaria do outro e todos da cidade. Também, sobre a segurança pública, mais do que pela polícia:

“É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. (...) Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido.” (JACOBS, 2000, p.32).

Portanto, a utilização do espaço público indica que a segurança indireta é capaz de diminuir, por exemplo, a presença de policiais ou instituições de segurança em determinado local, não negando sua necessidade, entretanto as próprias pessoas produziram um ambiente mais seguro e confortável apenas por estarem presentes, principalmente para a segurança das mulheres.

Quando Jacobs (1961) retrata a necessidade das quadras curtas, a autora refere-se à monotonia causada pelas longas distâncias a serem percorridas e aos usos únicos que são colocados nestes setores. Mas indo além, essa necessidade também se mostra evidente em outro viés.

Destaca-se aqui que quadras menores dão a maior possibilidade de percursos ao usuário do espaço, adentrando em uma gama de oportunidades de caminhos e de rotas de fuga, caso necessário. Além de criar um ambiente mais íntimo, por permitir o usuário a conhecer melhor o que existe na quadra devido haver menos informações visuais e um percurso mais curto.

Uma quadra menor também faz com que o transeunte seja visto mais rapidamente em determinado perímetro, visto que uma quadra curta possibilitaria o usuário estar no alcance das vistas de outro observador, ao contrário de uma quadra muito longa.

Já através de uma mistura de usos no espaço urbano, tem-se mais possibilidade de segurança em percursos menores uma vez que diversas pessoas estarão presentes no espaço em função de diferentes ofertas desses usos locais, oferecendo tranquilidade a quem passa devido os fluxos.

“... se se espera que as misturas de usos urbanos sejam mais do que uma abstração nas plantas, elas devem provocar a presença de pessoas diferentes, com propósitos diferentes, em horários distintos, mas usando as mesmas ruas.” (JACOBS, 1961).

Outras condições poderiam acarretar a melhoria da vida urbana da mulher, considerando a movimentação que assegura vigilância para estas. Um exemplo seriam as vias de mão dupla e o uso misto das edificações, baseado nas colocações feitas por Jane Jacobs (1961).

Em tese, a heterogeneidade dos usos e horários mistos de funcionamento poderia corroborar para essa melhor qualidade espacial. Bairros que têm uso comercial e residencial, por exemplo, podem contribuir para a maior movimentação em horários como de manhã e a noite, que tem fluxos diferentes, mas que continuam a necessitar de movimentação para que alguns se sintam seguros de sair.

A colocação aqui em pauta se expressa ao analisar que o urbanismo ortodoxo e tradicional, como coloca Jacobs (2001), ou seja, o urbanismo que replica modelos que não mais cabem nas novas e atuais demandas das cidades, continua recriando uma urbe que não atendem às atuais necessidades sociais, principalmente quando se trata da população de baixa renda e mulheres periféricas que precisam se locomover mais nas cidades.

Dessa forma, ao abordar as construções do papel de gênero na sociedade e as limitações urbanas, segue-se um breve exemplo da cidade de Macapá - AP, que exemplifica a abordagem trazida até então.

DO CENTRO AO CONJUNTO HABITACIONAL MESTRE OSCAR

Como forma de elucidar as questões urbanas que limitam as vivências na cidade, tem-se o Conjunto Habitacional Mestre Oscar como breve exemplo de como as distâncias são colocadas para as mulheres; principalmente, quando se trata de regiões periféricas.

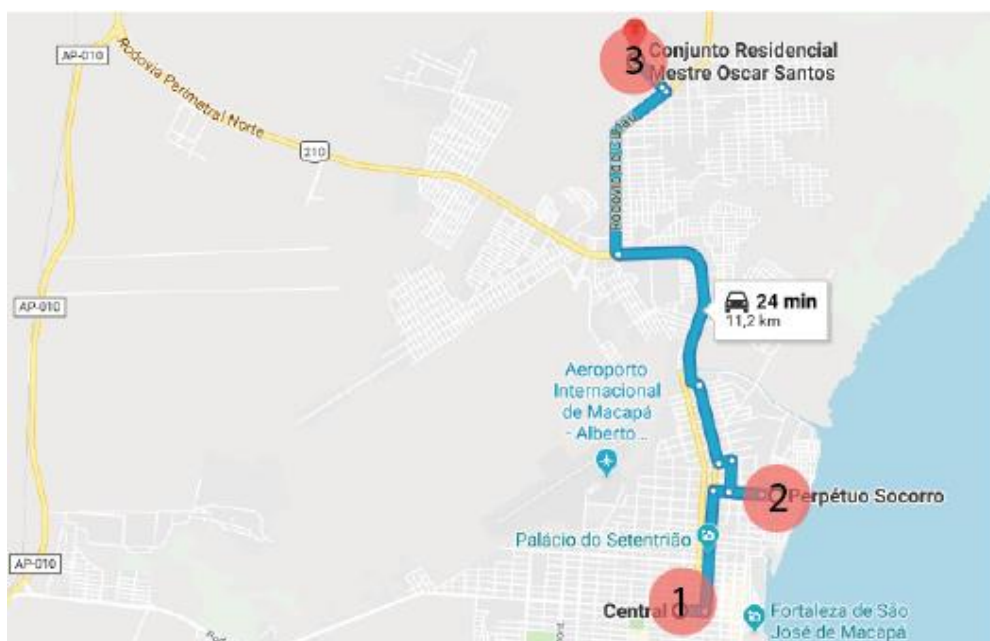
Localizado no bairro Ipê, Zona Norte de Macapá, o Conjunto Mestre Oscar faz parte do programa Minha Casa Minha Vida, que beneficia cidadãos de baixa renda com moradia. Entretanto, em detrimento de um incêndio ocorrido no ano de 2013, em uma área do bairro Perpétuo Socorro, zona Leste da cidade, alguns moradores foram contemplados por meio de doação com novas moradias no conjunto, de forma diferenciada dos demais.

A questão abordada aqui vai para além das novas condições de moradia, visto que os atingidos pelo incêndio se encontravam em situação palafítica (ou seja, casas de madeira

sobre pilares) em uma área de ressaca⁷ da cidade e passaram a viver “no chão”, como relata Roberta Scheibe (2016) em seu estudo sobre ressignificação de moradas.

Aqui se retrata a mobilidade urbana para mulheres que, por meio de um fator externo, tiveram que reconfigurar suas rotinas e se adequar às novas condições de deslocamento na cidade, visto que o conjunto se encontra distanciado do centro (figura 1), além de outros fatores etnográficos abordados pela autora supracitada.

Figura 1 – Distâncias entre o Bairro Central (1), Bairro Perpétuo Socorro (2) e o Conjunto Mestre Oscar (3).



Fonte: Google maps, modificado pela autora, 2018.

O isolamento das mulheres é evidente. Como discorre Scheibe (2016), antes estas mulheres, mesmo em suas condições de pouca infraestrutura urbana, tinham a possibilidade de melhor acesso aos equipamentos públicos de Macapá, pois estavam mais próximas do Centro. Porém ao se verem em maior distância geográfica na cidade, passam a ser segregadas em diversos aspectos, como na distância para o trabalho ou em suas relações com outros familiares que moram em outros pontos da cidade.

Sobre o conjunto, segundo os relatos advindos de sua pesquisa, Scheibe (2016) pontua que o Conjunto Mestre Oscar:

“é extremamente distante, há falta de dinheiro para o transporte público necessário para ir ao centro, há ainda no bairro carência de muitos serviços” (SCHEIBE, 2016).

⁷ Área de ressaca diz respeito a um local de solo alagado ou úmido (WEISER, ULIANA, TOSTES, 2015).

Assim pontuando além das distâncias físicas e territoriais, questões como a dificuldades financeiras destas mulheres e a infraestrutura urbana, ou sua falta, que carece nas proximidades do conjunto, onde muitas são donas de casa e se veem impossibilitadas de saírem do lar por longo tempo.

Além de serem a segurança da casa - de forma literal -, visto que estas mulheres muitas vezes precisam se posicionar, também fisicamente, contra atitudes agressivas de outros moradores (SCHEIBE, 2016).

Sabe-se que o direito à mobilidade urbana não é apenas das mulheres, visto à existência da Lei de Mobilidade Urbana nº 12.587, que deve garantir “acesso universal à cidade”. Todavia, coloca-se aqui a mulher à priori em relação ao Conjunto Mestre Oscar visto a observação em relação ao gênero e as estruturas familiares ali existentes.

Por meio de pesquisas realizadas através do Projeto de Extensão em Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, feita pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no período entre os anos de 2016 a 2018, se obteve informações sobre os moradores do Conjunto e se observou a forma como as mulheres predominam como chefes de família no local (MATSUNAGA, 2018).

Apesar de o foco do Projeto ser a assistência técnica em arquitetura, se ressalta a questão do contexto familiar e sua vulnerabilidade em relação à moradia e essas novas estruturas de contextos familiares que precisam de um olhar mais atento. No caso, o das mulheres que tem dupla jornada de trabalho ao terem que cuidar da renda da casa e do ambiente físico do lar como chefes de família.

Além de estas mulheres aparecerem como maioria no contexto do Conjunto Mestre Oscar, pertinente ressaltar que para além deste caso, o Amapá em si é o Estado com maior índice de mulheres como chefe de família em toda Região Norte⁸, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2016, tendo uma taxa de 45,9% do levantamento, revelando a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso em relação ao gênero e às próprias condições da habitação social voltada para a fragilidade de apenas uma mulher ser a provedora de todos os recursos da casa.

Através do levantamento inicial do projeto, 194 famílias foram entrevistadas e responderam a questionários dentro do Conjunto Mestre Oscar, algumas sendo as atingidas pelo incêndio anteriormente citado e outros tendo a casa por recebimento através do Programa Minha Casa Minha Vida. Das 194 famílias onde se conseguiu aproximação, 117 são comandadas por mulheres, totalizando 60% das entrevistadas, o que é mais da metade (MATSUNAGA, 2018).

Este fator é deveras relevante, visto que novamente adentra-se no local onde a mulher historicamente foi colocada - a casa -, porém mostrando novas conjunturas

⁸ <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/mulheres-sao-chefes-de-459-das-familias-no-amapa-o-maior-indice-da-regiao-norte.ghtml> Acesso em 23 de Outubro de 2018.

familiares e vivências que vão além do atrelamento ao marido, como mostrou Fraser (2009) nessa busca da mulher por emancipação.

Outro fator que se pode colocar em pauta é que 52% dos moradores entrevistados, totalizando 83 pessoas, utilizam transporte coletivo para chegar ao trabalho, e 25 pessoas utilizam bicicleta como meio de locomoção (MATSUNAGA, 2018).

A relevância desse aspecto encontra-se primeiramente nas dificuldades financeiras enfrentadas pelos moradores do conjunto para se deslocarem por meio do transporte coletivo (SCHEIBE, 2016) e também no distanciamento existente até o centro, como já mostrado na figura 1, que afasta os moradores não apenas do trabalho, como das vivências sociais do centro urbano de Macapá.

Portanto é notável a necessidade de a mulher ter seu direito de locomoção garantido, visto suas diversificadas jornadas de trabalho, tanto no lar quanto fora dele. Assim como de ter segurança em sua jornada de horários variados e o direito de usufruir de infraestruturas que deveriam estar mais próximas delas.

A própria autoestima das mulheres etnobiografadas por Scheibe (2016) mostra a tristeza destas ao serem distanciadas do centro de Macapá. A autora relata que há um “constante sentimento de rebaixamento e consternação social”, visto que essas mulheres se sentem marginalizadas pela vivência longínqua da cidade.

A autora retrata a invisibilidade delas, a falta de convivência social e além da tentativa de transcender a realidade e estigmas da violência do local. Nota-se a necessidade de proximidade com cidade, com o meio urbano e de como essa segregação das mulheres nestas vivências existe e precisa ser extinta.

FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MACAPÁ - AP

Como já mostrado, as mulheres além de serem vítimas das construções sociais e imposições patriarcais que todos os dias as cercam, têm de conviver com as violências que lhes atingem o gênero e as condições de uso da cidade que impedem uma maior apropriação do espaço.

Sendo assim, dentro do que diz respeito à configuração das cidades, reitera-se que parte dos pontos fundamentais são as conexões dos elementos urbanos que geram a continuidade de serviços e diversidade de usos, tanto por trazer melhorias na vida da cidade quanto por propiciar segurança. Partindo da perspectiva que diferentes grupos ocupam os locais, se garante funcionamento em vários horários.

Certamente está em voga, aqui, também, a concentração populacional, dada tanto por moradia quanto por usuários não-fixos destes espaços (JACOBS, 1961). Nas

centralidades, oportuniza-se a existência de equipamentos, conseqüentemente movimentações, o que acaba por gerar locais mais seguros.

Avalia-se, portanto, ocorrência de casos mais graves de violência à mulher em locais mais distantes das centralidades da malha urbana de diversas cidades, assim como se mostra na cidade de Macapá, no Amapá.

É válido recordar também que o feminicídio é caracterizado por ser um crime de homicídio motivado pela questão do gênero, segundo a Lei 13.104/15 - que entrou em vigor em 9 de março de 2015. Porém, mesmo que esteja há três anos em vigor, ainda são poucos os avanços no que tange a diminuição desses crimes. Principalmente quando o que está em pauta são as taxas de mortalidade feminina e a forma como se dão os homicídios, o que indica, segundo os dados coletados para esta pesquisa, continuação dessa violência.

Antes da própria morte colocada acima por meio de feminicídio, as hostilidades para com a mulher continuam, e sem previsão de melhorias. O que pode ser observado pelos dados indicadores em relação à violência contra mulher registrados no 11º Anuário de Segurança Pública.

Aqui, tem-se Macapá, o principal local de pesquisas para este estudo, na segunda posição das cidades do Brasil que mais ocorrem tentativas de estupro, perdendo apenas para Mato Grosso do Sul, então há de se considerar as questões que propiciam esses crimes, além dos próprios criminosos.

Deixa-se claro que Macapá é uma cidade na qual as mulheres sustentam 45,9% das famílias, como já citado aqui, e é o segundo lugar do país que mais atenta contra suas vidas.

O LUGAR DE MULHER

Como aqui já dito, e reiterado por Marília Pimenta, Daniela Faria e Natália Alves da Silva (2017) ainda há poucas bibliografias que relacionem o espaço urbano e as questões de gênero no Brasil e, mesmo que estas já existam, porém ainda que de forma opaca, é notório dizer que estes textos transcrevem realidades que são distantes da brasileira.

Estes textos consideram principalmente os locais de língua inglesa e são interpretações longínquas e que, por vezes, não são capazes de contextualizar a situação brasileira, principalmente se houver intersecções com outros assuntos, como os aqui retratados: classe, cor e raça; e considerando que a própria dinâmica social da região Norte do país, exemplificada neste trabalho, ainda abre pouco espaço para este debate.

Através de pesquisa nos principais veículos de informação do Estado do Amapá (Jornal do Dia, Diário do Amapá, G1 Amapá, Amapá Digital), não foi possível detectar notícias que tratem a cidade como fator de influência sobre os atentados à vida da mulher.

Ainda que a bibliografia brasileira sobre as mulheres e suas formas de usar o espaço seja diminuta, Doreen Massey (2001) retrata algo que continua a manter os diversos medos femininos no urbano de forma bastante abrangente em relação à memória sobre situações hostis que ocorrem com a mulher no espaço público, como o assédio e outras violências.

A memória é um fator preponderante para a manutenção dos paradigmas sociais e perpetuação de atitudes do cotidiano, reflexo de traumas urbanos para as mulheres. Massey (2001, p. 179) em seu texto *Space, Place and Gender*, rememora, de sua experiência própria, situações que corroboram para dar respaldo às diferenças que existem sobre o que é “espaço” e o que é “lugar” e como a masculinidade nesses campos diminui a mobilidade da mulher em determinados locais.

Nesta questão, é válido ressaltar que espaço diz respeito às condições físicas de um lugar, à sua espacialidade material. E lugar tem como mote o pertencimento e assimilações político-ideológicas entre o espaço e o indivíduo (MASSEY, 2001). Sendo assim, a autora coloca a pergunta “o lugar de mulher?”, mostrando como a mulher é colocada em sua função no lar, sem ser associada ao trabalho fora de casa.

“A tentativa de confinar a mulher na esfera doméstica foi tanto especificamente de controle espacial e através disso, um controle social e identitário. Novamente, “um lugar de mulher?” ilustra esse tema...”⁹ (MASSEY, p. 179, 2001).

Quando a autora cruza geografia (ou território) com gênero, acaba por mostrar como o patriarcado e o capitalismo estão fortemente ligados com as segregações de gênero. Colocando a mulher como alguém que não é usuária do espaço, mas sim “invasora”, principalmente quando se faz o retrospecto das questões trabalhistas e a inserção da mulher nesse mercado de trabalho (MASSEY, 2001).

Rememorando Fraser (2009) quando explica a forma secundária da mulher na renda da casa, em trabalhos menos valorizados e salários inferiores aos dos homens, pois seu papel é cuidar do lar, Massey (2001) relata sobre este lugar da mulher:

“Casa é onde o coração está (se acontecer de você ter mobilidade espacial para deixá-lo) e onde a mulher (mãe, amor-para-quem-você-irá-retornar-um-dia) também está.”¹⁰ (MASSEY, p. 180, 2001).

Ao ligar, também, a mulher aos afazeres da casa e à vida materna constrói-se uma perspectiva na qual a rua não é um “lugar” para as mulheres, principalmente até a primeira metade do século XX, seja na perspectiva europeia de Massey (2001) seja no Brasil.

⁹ Tradução feita pela autora, 2018. Original: “The attempt to confine women to the domestic sphere was both a specifically spatial control and, through that, a social control on identity. Again, 'A woman's place?' illustrates this theme...”.

¹⁰ Tradução feita pela autora, 2018. Original: “Home is where the heart is (if you happen to have the spatial mobility to have left) and where the woman (mother, lover-to-whom-you-will-one-day-return) is also.”.

Perpetuando o medo e segregação urbana para as mulheres devido o não-pertencer a um lugar, no caso, à cidade.

Sendo assim, os dados a seguir visam entender o que Massey (2001) fala sobre a memória das ruas e o medo da vivência na esfera urbana.

LUGAR DAS MULHERES NA RUA

Na impossibilidade de analisar a quantidade de casos decorrentes de violência urbana às mulheres, o que também não é a intenção deste trabalho, desenvolve-se aqui a metodologia de pesquisa por questionário, visando conseguir uma amostra sobre o pensamento de uma parcela de pessoas e investigar, a partir de então, como se procede o entendimento destas em relação ao que tange o gênero no espaço urbano e como as diferenças se manifestam.

Através do questionário, se pretendia entender se havia ou não medo das pessoas em relação ao espaço urbano e público, se as ruas, especificamente de Macapá - AP, são consideradas seguras ou confortáveis para as pessoas e também se há alguma relação entre o medo e o horário de sair nas ruas.

Este formulário se procedeu por meio online e divulgado principalmente dentro do espaço universitário, por haver uma grande diversidade de meios de locomoção e lugares por onde as pessoas transitam.

Durante o período de 14 de Setembro de 2018 a 26 de Setembro de 2018, a pesquisa obteve 143 respostas e dentre estas, observou-se certa timidez por parte dos participantes pois, do resultado recolhido 114 respostas (79,7%) foram do gênero feminino e apenas 29 respostas (20,3%) foram do gênero masculino, o que pode significar falha na abordagem do questionário ou uma aversão ao assunto por parte dos homens, devido a disparidade obtida pelas respostas.

Destas pessoas, a maior participação foi entre os jovens entre 20 e 25 anos, sendo 78 pessoas que somaram 54,4% das respostas obtidas, o que também pode indicar que formulários online podem não atingir uma parcela de idade superior ou inferior, mesmo que aqui a intenção tenha sido de entender a apropriação da cidade justamente por usuários mais jovens.

A questão essencial que diz respeito ao propósito do questionário visava analisar a existência de um medo, ou não, sobre a utilização do espaço urbano, como já dito. Assim, independentemente do tipo de transporte que o participante utiliza para se locomover na cidade, a pergunta era objetiva: “você tem medo de andar nas ruas sozinha(o)?” e em qual horário a pessoa sentia mais medo.

Dentro dessa questão, 83,9% dos que responderam afirmaram que tinham medo e apenas 4,2% responderam não ter medo, sendo apenas seis (6) pessoas; destas seis, quatro (4) do gênero feminino e dois (2) do gênero masculino.

Em relação a estes dados, é curioso rememorar Moreira, Boris e Venancio (2011) que colocam a forma como as mulheres também podem quebrar estigmas, como dito no início deste trabalho, ao afirmarem que nada impede mulheres de também cometer violências.

Usa-se aqui esta analogia para verificar que, apesar de a maioria das respostas do questionário terem sido de mulheres, as quais 83 sentem medo de andar nas ruas (em relação aos 27 homens que também têm e aos 6 restantes que afirmaram não ter), ainda haverá algumas, no caso as 4 mulheres que responderam, que não terão temor ao usufruírem do espaço público, apesar de todos os perigos sentidos no cotidiano ou de a mulher ser comumente segregada dentro da cidade, como aponta Massey (2001).

A partir de então é possível notar uma relação de poder entre os corpos no espaço urbano, sobre quem pode ou não aparecer (BUTLER, 2018), onde dentro de uma amostra há uma grande diferenciação sobre a pergunta feita a fim de tomar conhecimento sobre quem tem mais medo no espaço urbano.

É pertinente que as mulheres sentem mais medo dentro da estrutura da cidade. Reforçando a ideia de poder masculino exercido entre os gêneros. Como explica Michel Foucault (1988) que, antes de colocar o poder de forma institucional e do Estado, encontramos uma hegemonia social e uma correlação de forças de domínio. Neste caso, o domínio em questão seria o do homem em relação à mulher. Principalmente se o que for discutido for o sentimento de maior liberdade que o homem tem ao circular pela cidade.

Dentre os geradores de medo na cidade as questões mais pontuadas foram a falta de boa iluminação no espaço público, com 68 respostas, somando 47,6% da pesquisa, seguido de 37,8% dos participantes (54) que acreditam que a falta de movimento de pessoas na rua também criam sensação de insegurança. Como terceiro fator, têm-se as quadras longas como mais um ponto de medo, com 2,8% de respostas.

Verifica-se que as colocações de Jane Jacobs (1961) conseguem ser reflexões bastante atuais na cidade de Macapá, visto que uma diversificação de uso dentro dos bairros contribuiria para estes 37,8% de participantes da pesquisa conseguissem se sentir mais seguros por meio de maior movimentação.

Assim como a própria infraestrutura urbana poderia permitir os 47,6% dos participantes tivessem conforto ao usarem as ruas por meio de uma melhor iluminação. Principalmente do horário da noite, entre 18h e 23h, visto que das 143 respostas obtidas pelo questionário, 120 dos participantes indicaram este horário como o de maior insegurança quando perguntados em qual horário tem mais medo de andar nas ruas sozinha(o).

Portanto, ilustrou-se como tanto em Macapá quanto em outras experiências urbanas, como as de Jane Jacobs (1961) ou Doreen Massey (2001), os medos se refletem e repercutem nos espaços da cidade desde muito anteriormente até a contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de os corpos aparecerem se mostram cada vez mais pertinentes de se discutir em diversos âmbitos. Em relação ao urbano, cabe ressaltar novamente a necessidade de se reformular e transformar as cidades, considerando as novas demandas aqui exemplificadas principalmente pelas mulheres chefes de família.

As intersecções devem ser consideradas, pois as necessidades são diferentes, as diferenças socioeconômicas divergem de mulher para mulher. Então o caminho para um maior feminismo também é compreender que há vários tipos de mulheres e de forma delas, como gênero, se apresentarem no espaço, como retratado por Massey (2001).

Cabe ao urbanismo, também, as tentativas de diminuir a segregação feminina na cidade. Como elucidado pelo Conjunto Habitacional Mestre Oscar, em Macapá, que etnográfica e geograficamente se mostra como um local que, apesar das novas possibilidades de moradia e investida de melhoria de vida através das políticas de habitação social, acabou também por promover distanciamentos que machucam as mulheres viventes do local, retirando seu direito ao usufruto da cidade, das vivências urbanas e sociais, também e da festa, como Lefebvre coloca em *O Direito à Cidade* (2001).

A reformulação das cidades também é possível através do melhor entendimento das demandas femininas, que por vezes são mais simples do que parecem, como o fato de se querer maior iluminação nas ruas, elucidado pelo questionário aplicado nesta pesquisa. O urbanismo do século XX, como retrata Jacobs (2000) pode ser superado através até mesmo de uma maior movimentação nas ruas, em horários diferentes, pois os olhos da rua são capazes de proteger.

Proteção essa que se mostra imprescindível quando nota-se que Macapá é uma cidade violenta para as mulheres, como mostrado pela pesquisa do 11º Anuário de Segurança Pública, aqui pontuada, que mostra esta cidade como a segunda onde mais ocorrem tentativas de estupro (contra o gênero feminino) no Brasil. Portanto é preciso, sobretudo, o amparo pelas políticas públicas visando a proteção desse gênero e, primeiramente, em âmbitos sociais, para também dar o próximo passo para o urbano.

As lutas feministas e a discussão sobre um urbano melhor para as mulheres devem continuar, para que um dia se possa dizer que a cidade não mais é um lócus de constrangimento para elas. E que a cada dia se conquiste esses espaços hegemônicos por meio do aprofundamento das questões das mulheres e sua visibilidade como corpos políticos, a fim de tornar os retornos sobre a discussão cada vez mais concretos em relação à desconstrução da sociedade patriarcal que ainda persiste em existir.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei nº 12.587, de 3 de jan. de 2012. *Lei de Mobilidade Urbana*, Brasília, DF, jan 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm Acesso em 17 nov. 2018.
- BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de mar. de 2015. *Lei do Feminicídio*, Brasília, DF, mar 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Editora: Civilização Brasileira, 2018.
- FOUCAULT, MICHEL. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FRASER, Nancy. *O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História*. Revista Mediações. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Traduzido por Ancelmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Londrina, v.14, n.2 p. 11-33, Jul/Dez. 2009.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASSEY, Doreen B. *Space, place, and gender* / Doreen Massey. Third printing. 2001.
- MATSUNAGA, M. K. (Coord.). *Relatório do Projeto de Extensão Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. Etapa 1 – Aplicação dos questionários socioeconômicos*. Macapá, 2018. No prelo.
- MENDES, Raiana Siqueira; VAZ, Bruna Josefa de Oliveira; CARVALHO, Amasa Ferreira. *O Movimento Feminista e a Luta pelo Empoderamento da Mulher*. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba Nº 03 - Ano 2015.
- MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENANCIO, Nadja. *O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos*. Psicol. Soc. [online]. 2011, vol.23, n.2, pp.398-406.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 112p, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos pagu (16). Pp.115-136. 2001.

- SCHEIBE, Roberta. *Violências Transparentes no Cotidiano do Conjunto Habitacional: Etnobiografias, subjetividades e resistências femininas em Macapá-AP*. I Simpósio do grupo Cucas – Cultura, Comunicação, Artes e Sociedade (Redes Periféricas em Múltiplas Perspectivas sobre Identidade, Paisagem, (E) Migração e Comunicação). Macapá, 2016.
- SILVA, N. A. da; FARIA, D.; PIMENTA, M. *Feminismo e o espaço urbano, apontamentos para o debate*. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.
- SENADO FEDERAL. Observatório da Mulher Contra a Violência. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. Brasília, DF, 2016.
- SOUTO, Anna Luiza Salles. *Gênero e Cidades: Violência, Assédio e Exclusão*. In *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero* - São Paulo: IBDU, 2017.
- WEISER, Alice Agnes; ULIANA, Brenda Beserra; TOSTES, José Alberto. *Áreas Úmidas na Amazônia: Macapá, uma cidade entre rios, lagos e igarapés*. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. V. 03, n. 18, 2015.